

Congresso vive a rotina de ausências e de cadeiras vazias

05 MAR 1994
BRASÍLIA — O esforço concentrado anunciado pelo presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), para agilizar a revisão constitucional, não sensibilizou os parlamentares. Ontem, mais uma vez, não houve quorum para realizar a sessão da revisão. Estavam no Congresso apenas 57 deputados e senadores, quando o quorum mínimo para abrir a sessão é de 59 parlamentares. O vice-presidente do Congresso Revisor, deputado Adylson Motta (PPR-RS), criticou o imobilismo da revisão.

— Não está havendo quorum nem para votação de questões amenas — disse Adylson Motta, lembrando que a revisão só conseguiu votar durante toda a semana a promulgação do Fundo Social de Emergência, o segundo turno da emenda que permite ao Congresso convocar ministros e outros integrantes do Governo para depor e a manutenção do prazo de 15 dias após a diplomação do candidato eleito para a abertura de processo pedindo a impugnação do mandato.

Nesse ritmo, os congressistas não conseguiram esgotar a pauta da semana, que ainda previa a votação da emenda que institui a licença maternidade para parlamentares. A intenção dos líderes era aprovar a inversão da pauta política, puxando para o início as propostas menos polêmicas: voto facultativo, infidelidade partidária e supressão dos cargos de vice-presidente, vice-governador e vice-prefeito.

O deputado José Genoíno (PT-SP) e o senador Esperidião Amin (PPR-SC) aproveitaram a tranquilidade do Plenário para ler trechos da Bíblia. Já o líder do Governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), chegou atrasado, quando a sessão já havia sido cancelada.